

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA: A CRUEL PEDAGOGIA DO VÍRUS.

Aluno(a)¹ Gislaine Araújo

Orientador(a)² Dr. Fernando da Rocha Rodrigues

RESUMO

O presente trabalho propõe verticalizar análises que problematize as dificuldades ocasionadas no processo educacional durante a pandemia no que tange ao desenvolvimento das aulas por meios remotos, que evidenciaram um aprofundamento das desigualdades sociais já existentes, transformando-as em desigualdades escolares. Nesse caso o que está sendo questionado, à priori, é o papel da escola como espaço de diluição das desigualdades sociais, enquanto valor epistemológico e a práxis educativa no Brasil, em um momento de acentuada crise social, sanitária e educacional ocasionada pela disseminação do vírus Sars-Covid 19. Assim, a questão primordial para esta investigação está centrada na cruel pedagogia do vírus. Dito de outra forma, como a epidemia da Covid 19 escancarou os graves problemas sociais já evidenciados na nossa sociedade que, historicamente determinados foi sendo deslocados para uma desigualdade escolar, colocando as instituições educacionais públicas no centro da discussão. Evidencia-se que a educação deveria ser considerada como o ponto chave para amenizar os impactos sociais e transformar a realidade de quem sofre com as desigualdades, no entanto, o período pandêmico demonstrou a fragilidade e os problemas estruturais que a educação contemporânea enfrenta nos dias atuais, em um país com fortes desigualdades sociais que impactaram diretamente no processo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino remoto, Desigualdade.

ABSTRACT

The present work proposes to verticalize analyses that problematize the difficulties caused in the educational process during the pandemic with regard to the development of classes by remote means, which evidenced a deepening of the already existing social inequalities, transforming them into school inequalities. In this case, what is being questioned, a priori, is the role of the school as a space for diluting social inequalities, as an epistemological value and educational praxis in Brazil, at a time of marked social, health and educational crisis caused by the spread of the SARS-Covid 19 virus. Thus, the primary issue for this investigation is centered on the sad pedagogy of the virus. Put another way, how the Covid-19 epidemic has laid bare the serious social problems already evidenced in our society that, historically determined, have been shifted to school inequality, putting public educational institutions at the center of the discussion. It is evident that andeducation should be considered as the key point to mitigate the

1 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Aberta do Brasil. E-mail: gislaine.araujo@estudante.ifgoiano.edu.br.

2 Orientador; Fernando da Rocha Rodrigues, Doutor. E-mail: fernando.rodrigues@ifgoiano.edu.br

social impacts and change the reality of those who suffer from inequalities, however, the pandemic period demonstrated the fragility and structural problems that contemporary education faces today.

KEYWORDS: Education. Remote learning, Inequality

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia em março de 2020, o mundo foi tomado de surpresa com uma emergência de saúde pública de proporções globais sem precedentes. O isolamento social se tornou uma das principais medidas adotadas para tentar conter a disseminação do vírus, que se espalhava rapidamente pela Europa e causava efeitos drásticos na população. A Organização Mundial da Saúde declarou a covid-19 uma pandemia em 11 de março de 2020, alertando a todos sobre a gravidade da situação e a necessidade de medidas imediatas para proteger a saúde pública. Era inevitável que o vírus chegasse ao Brasil, exigindo do Estado a implementação de medidas de contenção e segurança para minimizar seus efeitos devastadores.

A falta de coordenação entre o governo federal e os governos estaduais brasileiros no enfrentamento da pandemia de Covid-19 acabou sendo transformada em uma disputa política permeada de discursos, acusações e notícias falsas circuladas pelas redes sociais. O governo federal editou o Decreto Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabeleceu medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. No entanto, a falta de coordenação política acabou levando a uma situação de desigualdade social ainda mais agravada pela pandemia, revelando a fragilidade dos sistemas de saúde do país. Além disso, a pandemia também mostrou a dificuldade de garantir o acesso à educação em um contexto de isolamento social e aulas à distância.

Inicialmente, os brasileiros estavam preocupados em como se proteger do vírus e impedir sua disseminação em um país com mais de 211 milhões de habitantes. No início, a preocupação não estava voltada para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e a educação não era uma prioridade. Em 04 de fevereiro de 2020, o governo federal emitiu uma portaria alertando para a emergência relacionada à epidemia de coronavírus, embora ainda não houvesse confirmação de casos no Brasil. O primeiro caso de covid-19 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, seguido pela primeira morte no mesmo mês. A partir daí, começou um jogo político entre o presidente e os governadores dos estados, que não compartilhavam uma estratégia clara no combate à ameaça iminente.

Inicialmente, houve divergência entre o presidente da República e os governadores sobre as medidas para conter o vírus e também com o ministro da saúde. Isso levou a uma politização da pandemia com discursos, acusações e disseminação de notícias falsas pelas redes sociais. O governo federal emitiu o decreto lei nº 13.979 em 6 de fevereiro de 2020, que estabelecia as medidas para enfrentar a emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. O artigo 1º deste decreto previa o isolamento, que é a separação de pessoas doentes ou contaminadas, bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, para evitar a contaminação pelo coronavírus, e a quarentena, que é a restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas saudáveis, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitas de contaminação, para evitar o possível contágio ou a propagação do coronavírus.³

Pretende-se demonstrar que durante a maior crise sanitária mundial, os governantes brasileiros não foram capazes de tomar medidas conjuntas para lidar com a disseminação do novo vírus. Em vez disso, houve a interferência do Supremo Tribunal Federal, que concedeu autonomia aos governadores para tomar decisões, em contraste com o discurso do governo federal, que minimizava os riscos aos brasileiros. Infelizmente, o resultado foi previsível: até 31/03/2023, o Ministério da Saúde contabilizou 700.239 mortes relacionadas à pandemia. O Brasil transformou uma crise mundial de saúde em um discurso político rasteiro, repleto de notícias falsas disseminadas pelas redes sociais.

Pode-se aprender muito com esse período de crise sanitária, que mostrou a fragilidade política e social do Brasil. Além da deficiência dos sistemas de saúde, o coronavírus evidenciou as desigualdades sociais existentes no país. A educação também foi afetada, com o isolamento social e a necessidade de aulas remotas. A pandemia colocou as pessoas diante de um espelho invertido que refletiu as mazelas e as contradições da sociedade, e precisou-se enfrentar esses desafios para construir um futuro mais justo e equitativo.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais no Brasil, expondo a ineficiência do sistema econômico e financeiro, bem como a fragilidade do Estado em lidar com a crise. A situação vivenciada não pode ser considerada normal, e a chegada do vírus em um país marcado por abismos sociais e vulnerabilidade ampliou ainda mais as desigualdades. Como, por

³ Fonte: [L13979 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br), acesso em 22/03/2023 às 16h.

³ [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br), acesso em 22/03/2023 às 17h.

exemplo, exigir distanciamento social em comunidades sem condições básicas de saneamento. Nesse contexto, a educação também foi afetada, e a questão central é como encontrar soluções justas e igualitárias para os estudantes em um cenário de desigualdades.

De acordo com o Censo Escolar de 2019, quase 9 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade estavam matriculadas em creches e pré-escolas nas redes públicas e privadas em todo o país. Muitas dessas crianças estavam em situação de vulnerabilidade e foram diretamente afetadas pelas políticas de ensino remoto adotadas durante a pandemia. É importante ressaltar que essa violência simbólica não é causada pela escola, mas sim uma consequência das desigualdades sociais que historicamente afetam essas classes. A escola apenas reproduziu essas desigualdades ao submeter todos os alunos a um ensino remoto sem levar em consideração as situações de vulnerabilidade nas quais eles estavam inseridos. Portanto, alunos que não possuíam computadores ou que venderam seus únicos telefones para comprar comida foram prejudicados pelo modelo de ensino remoto adotado.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, cerca de 300 mil casas na Rede Municipal de ensino do Rio de Janeiro abrigavam mais de 3 pessoas por cômodo, o que evidencia a situação de adensamento populacional da região. A pandemia evidenciou as fragilidades da economia brasileira, que se baseia na austeridade, desindustrialização e trabalho informal, afetando principalmente a população que vive na informalidade e em condições precárias, com renda baixa e irregular, sem acesso a água potável, moradia adequada, sistema de saúde privado e proteção social.

No Brasil, a falta de saneamento básico e recursos financeiros para adquirir produtos de higiene dificultava a aplicação do isolamento social, especialmente para a população que vivia em áreas precárias sem água tratada e com baixa renda. Para lidar com a crise, era necessário aumentar os recursos investidos em habitação social por meio de bancos de desenvolvimento para que os assentamentos precários pudessem ser urbanizados e a população pudesse ter empregos dignos. Além disso, era importante oferecer apoio às mulheres trabalhadoras e chefes de família que estavam mais vulneráveis aos efeitos da desigualdade social e econômica. Como corroborado por Santos (2020), os impactos da pandemia no Brasil seriam enormes e evidenciariam os problemas sociais que o governo tentava minimizar. A verdadeira questão social brasileira não podia mais ser escondida e estava sendo exposta em todos os meios de comunicação que reportavam as péssimas notícias da catástrofe sanitária que estava se enfrentando.

Durante o período em que o ensino remoto foi adotado no Brasil, a desigualdade social, política e econômica existente entre grupos ficou ainda mais evidente. Para mitigar essas desigualdades e garantir a igualdade escolar, era necessário que políticas de proteção às pessoas em estado de vulnerabilidade fossem estabelecidas, juntamente com um ensino igualitário. Uma proposta que poderia contribuir para isso seria a garantia de acesso a aparelhos eletrônicos e conectividade à internet durante as aulas remotas, mas essa proposta foi vetada pelo governo federal sob a justificativa de falta de verbas. Com isso, não foi possível garantir a igualdade educacional, e a população vulnerável foi deixada de fora das aulas EAD estabelecidas pelo governo. Essa exclusão pode ser vista como uma violência simbólica, já que o acesso ao ensino remoto foi negado às pessoas vulneráveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A reflexão acerca das desigualdades sociais no Brasil, tem como contribuição importante a obra de Boaventura Souza Santos (2020). O autor ressalta que os impactos do covid-19 no Brasil seriam catastróficos. Para o autor, desde o final de 2019, o mundo tem sofrido com os efeitos da contaminação do coronavírus SARS-CoV-2, responsável por provocar a doença Covid-19. E reflete que no Brasil esse impacto da chegada do vírus poderia ser trágico, devido as características sociais com imensa desigualdade e complicadas relações sociais experienciadas no país. O autor refletia anteriormente ao efeito do vírus no Brasil, que os aspectos sociais de grande abismo econômico tais como formação de comunidades, fragilidades de ação do governo, alinhados à discursos de minimização de possíveis efeitos do vírus e defesa de mediação sem comprovação científica realizadas pelo chefe do poder executivo do Brasil, poderia desencadear uma grande catástrofe levando a milhares de mortes.

Santos (2020) menciona os desafios que a pandemia impôs, restabelecer a vida em casa, através de telas, dispositivos, e distante das pessoas, um mundo através de tecnologias digitais. Com isso o trabalho passou a ser home office, o consumo se transformou em delivery, o lazer se trasmudou e, nunca as lives e plataformas de streaming foram tão acionadas como fora antes, a convivência encontrou inúmeras formas de reformulação por meios virtuais, o que demonstrou a imensa capacidade que o capitalismo tinha de se reinventar.

Nesse sentido, o momento pandêmico, e essa realidade que o coronavírus impôs ao mundo em 2020 esteve relacionado à diversas esferas das mundividências, e a escola não estava excluída nessa teia reflexiva que, de certa forma, imbricava os problemas escolares como

continuum dos problemas sociais historicamente articulados. Nesse caso, as escolas e os desafios para manter as aulas foram muitos.

Tiveram que buscar meios de manter as aulas a distância, ter o apoio dos pais, para ajudar na educação de seus filhos em casa dando continuidade ao ensino que iria se desenvolver de forma remota, como se, a escolha de um aparato digital específico pudesse fazer sozinho a mágica de democratizar a educação e garantir igualdade educacional para todos. De acordo com Rodrigues e Santos (2021, p.06)

No âmbito da educação, a desigualdade pode ser percebida em dois aspectos: o primeiro diz respeito ao acesso, à permanência e à qualidade, em que os grupos mais vulneráveis têm pouco acesso à escola e, quando têm o acesso, falta, em muitos casos, a qualidade e as condições de permanência. Para alcançar esses três elementos essenciais, é necessária a atuação eficiente do Estado em estabelecer políticas públicas para a diminuição das desigualdades como prioridade. O segundo aspecto é a regionalização do acesso e da qualidade da educação brasileira. Quanto mais periférica a região, menor o investimento em educação. Se a pandemia atinge de maneira mais trágica as comunidades periféricas, também são essas regiões que mais sentirão os impactos que a pandemia acarretará à educação.

Durante a pandemia, a educação foi afetada de diversas maneiras, especialmente nas comunidades periféricas que, historicamente, têm recebido menos investimentos em educação. Para essas comunidades, a sobrevivência, alimentação e moradia têm sido as preocupações prioritárias, enquanto a educação tem sido deixada em segundo plano. É importante destacar que a democratização e o acesso igualitário à educação são questões fundamentais, tanto em tempos normais quanto em tempos de crise, e precisam ser abordados de maneira imparcial. A situação educacional no Brasil tem desafios a serem superados em ambos os contextos.

Durante esse período de distanciamento, a pandemia ressaltou a desigualdade que afeta a população. De acordo com Santos (2020), a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que as pessoas trabalhassem de casa e vivessem em isolamento, o que tornou difícil para aqueles que precisavam ganhar o seu sustento diariamente. Esta recomendação não parece ter levado em conta aqueles de classes menos privilegiadas que não puderam escolher entre permanecer em casa e arcar com suas necessidades básicas. A quarentena afetou diretamente aqueles que ganhavam a vida para sobreviver dia a dia. Eles precisaram escolher entre arriscar suas vidas e a de sua família e violar a quarentena, ou passar fome. Ficaram diante da seguinte situação: escolher entre morrer de fome ou de covid.

Foi observado que muitas pessoas enfrentaram insegurança alimentar e tiveram dificuldades em adquirir produtos de higiene, como sabão e água, principalmente em virtude dos preços que foram elevados por causa da especulação. Além disso, a população de

trabalhadores informais foi fortemente impactada pelas medidas de quarentena, o que tornou a vida dos moradores ainda mais difícil.

A pandemia expôs as desigualdades no acesso aos recursos básicos de habitação e saneamento no Brasil, afetando principalmente as comunidades de baixa renda. Essas pessoas foram obrigadas a viver em espaços apertados, sem acesso a água e eletricidade suficientes, o que tornou difícil a adoção de medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde. Muitos desses moradores das periferias urbanas não possuem os direitos básicos de cidadania e vivem em condições precárias, sem acesso a serviços públicos de qualidade. Como resultado, eles foram os mais afetados pela pandemia, enfrentando dificuldades em seguir as medidas preventivas e sofrendo com a falta de recursos básicos, como água e saneamento.

Assim, aumentaram as dificuldades, não só na educação, mas na saúde, e o desemprego. Segundo O economista Francisco Menezes, assessor de Políticas da ActionAid no Brasil, (2020) diagnóstico do IBGE mulheres ocupa 28.7% da população, elas era 39,8% das pessoas em condição de pobreza. Pessoas vivendo com menos de 436 reais por mês: mais de 19 milhões de mulheres pretas ou pardas.

O país é o nono mais desigual do mundo. Ainda de acordo com o IBGE (2021), o arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis sem conjuge e com presença de filhos, menores de 14 anos e exclusões para uma parcela da população de rua, pobres das cidades e comunidades, mulheres etc. expôs com toda a certeza o quadro dramático de miséria e fome no Brasil

Muitas pessoas enfrentaram dificuldades, especialmente as mais pobres e moradoras das periferias, que enfrentaram problemas de distanciamento social, saúde e insegurança alimentar. Contudo, os desafios mais evidentes foram em relação à educação, que já apresentava desigualdades em condições normais e ficou ainda mais exposta com o ensino remoto emergencial. É importante refletir sobre como democratizar a vida em tempos de crise, mas é crucial destacar que o vírus expôs, de maneira pedagógica, a vulnerabilidade social e educacional.

De acordo com Santos Junior (2020), cerca de 70 milhões de pessoas no Brasil teve acesso precário à internet durante a pandemia, deixando uma preocupação de como se desenvolveu a educação para esses estudantes, que ficaram prejudicados com a ausência do ambiente escolar e de acesso aos materiais de estudo. A sociedade ficou diante de um grande desafio, qual seja: a escola não pôde desenvolver o seu papel social devido à má gestão do

Estado que não primou pela democratização da educação e que segregou populações vulneráveis no que tange ao processo de ampliação de oportunidades que a educação prometeu desde sua concepção. Dito de outra forma, conforme Rodrigues e Silva (2021, p.06) “a desigualdade no acesso à educação oblitera as oportunidades de ascensão social dos grupos vulneráveis, visto que, na maioria das vezes, só é possível modificar a estrutura excludente por meio de uma educação de qualidade”, ou ainda “a prática do ensinar constitui em oferecer aos alunos condições para que eles construam seu próprio conhecimento, e precisamos nesse momento tentar o máximo levar o ensino de uma maneira que atendam todas as necessidades dessas crianças” (DIAS et.al, 2020, p.9)

A desigualdade no acesso à educação ficou evidente em dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, muitos grupos vulneráveis tiveram pouco acesso à educação remota, e mesmo quando conseguiram, enfrentaram problemas de qualidade e de condições para permanecerem estudando. Em segundo lugar, a forma como o conhecimento era avaliado não levava em conta as desigualdades que surgiram no processo de aprendizado. Isso resultou em uma produção cultural arbitrária e em uma violência simbólica por parte da escola. É necessário refletir sobre essas questões e buscar soluções para democratizar o acesso à educação em situações adversas como essa.

Nas escolas públicas de ensino fundamental, muitos alunos enfrentaram dificuldades para acompanhar as aulas remotas, principalmente porque não tinham acesso às tecnologias digitais, como celulares e computadores. Isso gerou um problema grave de aprendizagem, já que muitos estudantes se limitaram a buscar atividades impressas na escola e não tiveram acesso às discussões e explicações dos professores. Alguns poucos tiveram ajuda de pais, avós ou outros parentes próximos, mas a maioria teve que fazer as atividades sozinha, o que não é adequado no processo de aprendizagem inicial. Além disso, muitos pais não se comprometeram com o aprendizado dos filhos, pois não possuíam o conhecimento necessário para ajudá-los.

O acesso e interação a esses artefatos culturais e tecnológicos por parte dos estudantes e as vezes, até dos professores; infraestrutura das escolas que não fornece o mínimo necessário para realizar atividades que necessitam das plataformas digitais (na maior parte ficando à cargo dos professores), inclusive sem conexão com a internet; formação precária dos professores para pensarem e planejarem suas práticas com essa mediação, evidenciando muitas vezes uma perspectiva instrumental da relação com a tecnologias digitais, produziu um arbitrário educacional (SILVA; SILVA, 2020, p.3).

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nas escolas e nos estudantes, tornando necessário refletir sobre os efeitos observados em um período específico. Embora ainda não se saiba quanto tempo levará para recuperar a deficiência educacional gerada durante a pandemia, isso pode ser objeto de estudos futuros baseados em dados oficiais. Neste contexto, é necessário concentrar-se na análise dos efeitos das desigualdades sociais que se transformaram em desigualdades escolares durante a pandemia.

Ao observar tais desigualdades nos mecanismos educacionais desenvolvidos na escola em tempos de pandemia, nota-se que eles advêm da própria desigualdade social experienciada por grupos vulneráveis em situação de normalidade. No contexto de crise pandêmica, muitos outros fatores que estão subjacentes à dura realidade dos alunos ficaram evidentes, agravando ainda mais o problema da evasão.

Diante dos problemas expostos, é preciso reconhecer que tem havido uns esforços coletivos por parte dos professores e das instituições brasileiras em fazer a escola funcionar por meios remotos. No entanto, essa situação precisa ser pensada com seriedade, mesmo em circunstâncias excepcionais, a fim da sociedade ficar vigilantes em relação aos prejuízos que possam se estabelecer no pós-pandemia para a educação como um todo.

Os professores desempenharam um papel fundamental na educação, transformando suas casas em salas de aula e utilizando suas redes sociais como ferramentas pedagógicas para atender aos alunos que precisavam de ajuda. Infelizmente, o governo não reconheceu o esforço dos professores e os qualificou como se estivessem ociosos. Isso revela uma violência simbólica típica de governos de extrema direita. A pandemia também expôs as desigualdades sociais existentes no Brasil, que se transformaram em desigualdades educacionais, uma vez que comunidades em situação de vulnerabilidade social não tiveram acesso a recursos adequados de educação, como aparelhos eletrônicos, internet, alimentação de qualidade e acompanhamento institucional. Cabia aos professores fazer o sistema funcionar da melhor maneira possível.

No entanto, é crucial abordar essa questão com seriedade, mesmo em circunstâncias excepcionais, a fim de estar vigilante em relação aos prejuízos que possam ter surgido no pós-pandemia na educação como um todo. É fundamental repensar o modelo de sociedade e como a desigualdade se estrutura historicamente no Brasil para garantir uma educação de qualidade. A "cruel pedagogia do vírus" expôs a impossibilidade da sobrevivência da sociedade se seguir cegamente as pautas e políticas do mercado.

A finalidade da escola pública é a de proporcionar igualdade de oportunidades, mas como essa finalidade se concretizou na prática durante a pandemia? A crise sanitária evidenciou as desigualdades sociais históricas do país, em que a população vulnerável e com poucas oportunidades sociais e educacionais foi desconsiderada pelo Estado ao impor o ensino à distância. Enquanto alguns alunos tiveram acesso à educação de qualidade, outros foram excluídos dos processos educacionais, revelando a falta de equidade no sistema educacional. É preciso refletir sobre os prejuízos dessa situação no pós-pandemia e repensar o modelo de sociedade que temos, a fim de garantir uma educação de qualidade para todos, sem a perpetuação das desigualdades sociais.

Resultado de tudo isso? O estabelecimento de uma violência simbólica. Posto que, se os meios de se alcançar a educação não foram iguais, como o Estado poderia supor que a educação cumprira seu papel de democratização da educação? Então, mais uma vez, os vulneráveis se tornaram mais vulneráveis ainda, e o Estado brasileiro produziu uma espécie de violência velada, que se oculta em discursos políticos eleitoreiros que produziu narrativas de um sucesso educacional durante a pandemia no Brasil. De acordo com Rodrigues e Silva (2021, p.08)

A escola brasileira foi fundada sobre o imaginário de constituição de um espaço democrático dos saberes já estabelecidos, sendo eles já consolidados ou saberes novos, tendo na figura da escola a garantia de mobilidade social e cultural dos homens. Ela ainda reivindicou para si, praticamente, a exclusividade dos processos educativos com a promessa de equiparar em níveis de igualdade todos os cidadãos, criando assim oportunidades iguais. Tal promessa de igualdade e democracia no espaço escolar pode ser colocada em suspeição, quando os mecanismos atuais de oferta de conhecimento por meios remotos se constituem mais como reprodução das desigualdades sociais, constituindo-se num arbitrário cultural.

Afirmam, os autores, que segundo Bourdieu apud Rodrigues e Silva (2021, p09) “o arbitrário cultural deriva de uma ação pedagógica exercida no seio da sociedade de modo informal (igrejas, famílias) e de forma institucional (sistemas de ensino, educadores)”. Os autores apontam ainda que, essas ações pedagógicas se transformam em violência simbólica no momento em que desconsideraram, grupos que compartilharam dos mesmos mecanismos tecnológicos que garantissem o acesso à educação na mesma medida para toda a sociedade. Ainda de acordo com Rodrigues e Silva (2021, p. 09)

O momento em que se estabelece noção de igualdade ao acesso dos conteúdos por meios remotos não se levando em consideração os grupos vulnerabilizados, muitas vezes desprovidos de recursos para suas necessidades básicas como alimentação e higiene, a escola produz a mágica de transformar as diferenças sociais em diferenças

escolares, o que, constitui-se como arbitrário cultural e uma forma de violência simbólica.

Essa problemática é relevante sobre a exclusão e desigualdade social na educação durante a pandemia. Infelizmente, a pandemia acentuou as diferenças sociais e digitais existentes, tornando ainda mais difícil para aqueles que já eram vulneráveis acessar conteúdos educacionais remotos. A escola, ao não considerar essas desigualdades, acaba produzindo uma violência simbólica ao transformar diferenças sociais em diferenças escolares, o que é injusto e arbitrário. É importante que a educação e a sociedade como um todo reflitam sobre essa questão e trabalhem para garantir o acesso igualitário à educação para todos, independente da sua condição social ou financeira.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi embasado em uma investigação bibliográfica de abordagem qualitativa. Para tanto, foi necessário aprofundar a leitura de artigos pertinentes ao assunto tratado. Pois, “o Conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação” Minayo (1993, p. 240). No que tange às técnicas de pesquisa, a respeito do enquadramento relacionado à desigualdade social, houve correlação de métodos e aderência aos materiais escolhidos, de acordo com o tema central discutido.

De toda forma, buscou-se fazer uma leitura crítica entre os textos analisados e as informações governamentais sobre o período pandêmico. Nesse sentido, pretendeu-se mais questionar do que apontar soluções, por mais que esta seja uma opção metodológica arriscada, uma estudante de um curso de educação não poderia deixar de estabelecer pontos críticos sobre o “fazer educação” no período pandêmico por meios digitais e, ao mesmo tempo, excluir uma considerável parcela de estudantes do processo educacional ocasionado por desigualdades sociais que, sempre estiveram presentes na sociedade e que, o vírus, com sua cruel pedagogia, tratou de evidenciar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adoção das novas tecnologias digitais, no contexto da Educação Infantil, tornou-se ao longo dos anos um desafio a ser superado. Esta situação se deve ao fato de o ambiente escolar apresentar várias dificuldades, tais como:

O acesso e interação a esses artefatos culturais e tecnológicos por parte dos estudantes e as vezes, até dos professores; infraestrutura das escolas que não fornece o mínimo necessário para realizar atividades que necessitam das plataformas digitais, inclusive sem conexão com a internet; formação precária dos professores para pensarem e planejarem suas práticas instrumental da relação com a tecnologias (SILVA; SILVA, 2020, p.3)

É de vital importância mencionar que esta realidade vem sendo protagonista na história educacional brasileira, independentemente de ser no nível básico, médio ou superior, ou mesmo na Educação Infantil. Em tempos de pandemia, por exemplo, foi necessário adaptar a forma de ensino com o auxílio de modernas tecnologias digitais.

A qualidade da educação permite que as pessoas façam escolhas importantes, mas as políticas educacionais precisam ser repensadas em sua especificidade. Embora aferir o processo educativo seja importante, algumas questões merecem atenção, como a desigualdade na distribuição financeira, em que apenas uma pequena parcela da população tem acesso à educação e saúde de qualidade, enquanto a grande maioria vive em situação de pobreza, sem acesso ao mínimo necessário para um processo educacional eficiente. A pandemia evidenciou ainda mais essas desigualdades na educação brasileira, tornando-se uma radiografia da situação atual. É preciso olhar para essas problemáticas e buscar soluções para que a educação seja acessível e de qualidade para todos.

Durante muito tempo, o Brasil enfrentou uma grande desigualdade no sistema educacional. Apenas uma pequena parcela da população tinha acesso a uma educação de qualidade, enquanto a maioria vivia na pobreza e estava excluída do mínimo necessário para um processo educacional eficiente. Essa situação se agravou ainda mais com a pandemia, revelando a enorme disparidade entre aqueles que têm acesso a recursos como leitura, viagens, cultura e uma estrutura adequada de moradia e creches em comparação com aqueles que não possuem dispositivos digitais em casa e vivem em situação de vulnerabilidade social na periferia. Essa é a realidade da educação no Brasil, onde a desigualdade é tão grande que poucos países podem se comparar. É preciso repensar as políticas educacionais e buscar soluções para garantir uma educação de qualidade para todos, sem perpetuar essa enorme disparidade social.

Com essa adaptação de ensino através de tecnologias digitais, foi preciso ter o apoio das famílias, um conjunto entre (escola e famílias) para que o ensino fosse possível, foi preciso ter o diálogo entre as escolas, os pais e os filhos, preciso compreensão, pois, o momento não foi fácil, desespero, trabalho, ficar com a família em casa tornando mais exaustivo, um desafio para

todos, mas a educação e fundamental precisou ser continuada apesar que muitos não tiveram o apoio da família.

Apesar de muitos desafios enfrentados. A Educação resiste! Sendo um número de professores (a), mesmo não sendo preparados, enfrentaram o desafio de nova prática pedagógica, houve improvisações às instituições de ensino e professores, pensaram em estratégias para ser desenvolvidas para alunos que não possuíam acesso à internet, com atividades impressas, também em produzir vídeos, planos pedagógicos para os que possuíam tecnologias digitais.

No passado, a desigualdade na educação era evidenciada pela falta de igualdade de oportunidades, com alguns indivíduos tendo acesso a melhores recursos educacionais e outros sendo deixados para trás. A desigualdade na educação era baseada em características pessoais como gênero, raça, renda e outros fatores que contribuíam para a exclusão social e educacional. Infelizmente, o sistema educacional não eliminava essa desigualdade, mas a reproduzia, perpetuando um ciclo vicioso de desigualdade na sociedade.

Além disso, a falta de socialização, a interação entre os alunos, professores e colegas, é um fator que também pode afetar o aprendizado e o desenvolvimento desses estudantes. A educação é um direito fundamental e deve ser garantido a todos de forma igualitária, independentemente de suas condições sociais e econômicas. É importante que as instituições de ensino, governos e sociedade em geral, trabalhem juntos para garantir que esses estudantes tenham acesso às ferramentas necessárias para uma educação de qualidade. A pandemia trouxe muitos desafios para a educação, mas também mostrou que é possível inovar, criar soluções e transformar a educação para melhor. Cabe à sociedade lutar por uma educação mais justa e igualitária, para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades e possam realizar seu potencial máximo.

5. CONSIDERAÇÕES

Durante a pandemia de Covid-19, as orientações das autoridades de saúde pública levaram à suspensão temporária das aulas presenciais em muitos países em todo o mundo. Como resultado, os profissionais da educação tiveram que se adaptar rapidamente a um novo cenário e buscar alternativas para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, as tecnologias digitais se tornaram uma ferramenta crucial para auxiliar professores e alunos a manterem a conexão e o aprendizado.

Com a mudança para o ensino remoto, várias metodologias e ferramentas virtuais foram utilizadas como suporte ao processo educacional. No entanto, essa mudança não foi fácil e muitos profissionais da educação tiveram que se capacitar rapidamente para lidar com o ensino à distância, além de enfrentarem vários desafios, como a falta de acesso à internet, a falta de equipamentos adequados e a dificuldade em manter os alunos engajados no processo de aprendizagem.

Ainda assim, as ferramentas digitais desempenharam um papel fundamental para a manutenção do ensino durante a pandemia. Elas permitiram que alunos e professores se mantivessem conectados, possibilitaram a realização de aulas ao vivo e o compartilhamento de materiais didáticos, e ainda ofereceram diversas opções de aprendizagem personalizada. No entanto, é importante destacar que a desigualdade digital e social afetou muitos alunos, que não tiveram acesso adequado à tecnologia e acabaram sendo prejudicados em seu processo de aprendizagem. Portanto, é fundamental que a inclusão digital seja uma prioridade na educação para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Durante a pandemia, enfrentou-se muitos desafios na educação, incluindo o fato de que algumas famílias não tinham acesso aos recursos tecnológicos necessários para a educação à distância, como computadores e tablets. Além disso, muitas famílias não puderam participar ativamente na educação de seus filhos, seja por falta de interesse ou falta de instrução. No entanto, o maior desafio foi o fato de que a pandemia expôs os graves problemas sociais que o Brasil enfrenta.

Assim sendo, ficou evidente que as desigualdades sociais no Brasil não puderam mais ser ignoradas, pois a pandemia destacou a sua importância. As desigualdades sociais foram transformadas em desigualdades escolares, colocando em dúvida o papel da escola brasileira, que deveria diluir essas desigualdades e criar oportunidades igualitárias no processo de aprendizagem. Na realidade, a pandemia agravou as desigualdades escolares, uma vez que não foram criados mecanismos para garantir a igualdade de oportunidades entre os alunos vulneráveis. A escola acabou absorvendo essas desigualdades e perpetuando a violência simbólica e o domínio cultural, de acordo com a perspectiva de Bourdieu *apud* Rodrigues e Silva (2021).

A pandemia revelou de forma dramática o tipo de educação que precisa-se construir: uma educação que seja democrática e acessível a todos, capaz de proporcionar oportunidades de aprendizagem igualitárias como meio de reduzir as desigualdades sociais que só podem ser

combatidas por meio da educação. Infelizmente, a educação se mostrou incapaz de lidar com os graves problemas sociais existentes, o que acabou transformando as desigualdades sociais em desigualdades escolares.

O trabalho apontou que a adoção das novas tecnologias digitais na Educação Infantil é um desafio a ser superado devido às várias dificuldades enfrentadas, como o acesso limitado, infraestrutura escolar inadequada e formação precária dos professores. A pandemia da Covid-19 exigiu uma adaptação rápida do ensino com o uso de tecnologias digitais, e isso só foi possível com o apoio das famílias e uma comunicação efetiva entre escolas, pais e alunos. A desigualdade na educação, seja devido às condições socioeconômicas, gênero ou raça, continua sendo um grande problema no Brasil e é preciso trabalhar juntos para garantir uma educação mais justa e igualitária. Embora tenham havido muitos desafios, a educação resistiu e professores e instituições de ensino conseguiram improvisar e criar soluções para garantir o aprendizado dos alunos.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID BRASIL. **Desigualdade: Dados do IBGE reforçam perspectiva de aprofundamento da pobreza pós pandemia.** 2020. Disponível em: <

<https://actionaid.org.br/noticia/desigualdade-ibge-pandemia/> > Acesso em: 17 abr. 2023;

ALVES, Nayara. Impactos da pandemia de covid-19 na educação infantil em São Paulo.

Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento Editora Realize, v. 07, n. 06, p. 05-19, jun. 2022. ISSN: 2448-0959;

DE SÁ, Adrielle Lourenço; DO CARMO NARCISO, Ana Lucia; DO CARMO NARCISO, Luciana. Ensino remoto em tempos de pandemia: os desafios enfrentados pelos professores.

In: **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, 2020. Disponível em: <

http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/17773 >. Acesso em: 18 abr. 2023;

DIAS, et al. **Metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os Artefatos Digitais.** 2020.

Disponível em: < <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4292> >. Acesso em: 18 abr 2023;

MENEZES, Francisco. Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e analista de políticas da ActionAid. Disponível em: <

<https://www.cartacapital.com.br/author/francisco-menezes/> >. Acesso em: 18 abr 2023;

MINAYO, M. C. S.; SHANCHES, O. Quantitative and. Qualitative Methods: Opposition or Complementary? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep. 1993;

RODRIGUES, Fernando da Rocha; SILVA, Marcela. Realidade Refratada: Os desafios da educação Brasileira em tempos de pandemia. In: *Educação em tempos de pandemia: desafios e desencontros.* São Paulo: Paco, 2021. DE SÁ, Adrielle Lourenço; DO CARMO NARCISO,

Ana Lucia; DO CARMO NARCISO, Luciana. Ensino remoto em tempos de pandemia: os desafios enfrentados pelos professores. In: **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**. 2020;

MARTINS DE OLIVEIRA, Leidiany; THEREZA FERREIRA RIBEIRO, Juliana. **O cenário da pandemia no Brasil: impactos da desigualdade social e o ensino remoto na educação inclusiva**, 2021. Disponível em: <

[https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/175/simple-search?query=&sort by=score&order=desc&rpp=10&filter field 1=unidade&filter type 1=equals&filter value 1=UNA+%2F+Guajajaras&filter field 2=dctype&filter type 2=equals&filter value 2=Monografia&filter field 3=advisor&filter type 3=equals&filter value 3=Andrade+e+Barros%2C+Roberta&filter field 4=subject&filter type 4=equals&filter value 4=Desigualdades+ Sociais&filter field 5=author&filter type 5=equals&filter value 5=The reza+Ferreira+Ribeiro%2C+Juliana&filter field 6=subject&filter type 6=equals&filter value 6=Pandemia&etal=0&filtername=curso&filterquery=Psicologia&filtertype=equals](https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/175/simple-search?query=&sort%20by=score&order=desc&rpp=10&filter%20field%201=unidade&filter%20type%201=equals&filter%20value%201=UNA+%2F+Guajajaras&filter%20field%202=dctype&filter%20type%202=equals&filter%20value%202=Monografia&filter%20field%203=advisor&filter%20type%203=equals&filter%20value%203=Andrade+e+Barros%2C+Roberta&filter%20field%204=subject&filter%20type%204=equals&filter%20value%204=Desigualdades+ Sociais&filter%20field%205=author&filter%20type%205=equals&filter%20value%205=The+reza+Ferreira+Ribeiro%2C+Juliana&filter%20field%206=subject&filter%20type%206=equals&filter%20value%206=Pandemia&etal=0&filtername=curso&filterquery=Psicologia&filtertype=equals) >.

Acesso em: 17 abr. 2023;

LUZ, S. **Pesquisa do IBGE evidencia agravamento da desigualdade social | Radio agência Nacional**. [site] Portal Radioagência Nacional. 2021. Disponível em: <

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-12/pesquisa-do-ibge-evidencia-agravamento-da-desigualdade-social> > Acesso em: 18 abr 2023;

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020;

STEVANIM, Luiz Felipe, et al. **Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia**, 2020. Disponível em: <

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43180> > Acesso em: 17 abr 2023;

TAVARES, Maria Tereza Goudard; DE LIMA PESSANHA, Fabiana Nery; MACEDO, Nayara Alves. Impactos da pandemia de covid-19 na educação infantil em São Paulo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento** Editora Realize, v. 07, n. 06, p. 05-19, jun. 2022. ISSN: 2448-0959.